

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

TODOS PELA EDUCAÇÃO E O EPISÓDIO COSTIN NO MEC: A PEDAGOGIA DO CAPITAL EM AÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Olinda Evangelista¹
Roberto Leher²

Resumo: O presente artigo analisa como os setores dominantes interferem nas políticas educacionais públicas por meio de uma coalizão de grupos econômicos organizados no Compromisso Todos pela Educação (TPE). O estudo parte da discussão do chamado episódio Costin no MEC, ocorrido em novembro de 2012, e examina as principais nervuras da política educacional pretendida pelo TPE que motivaram milhares de educadores a se manifestar contra a sua nomeação. Defende, nos termos de Fernandes (1989), a necessidade de um novo ponto de partida para as lutas em defesa da educação pública.

Palavras-chave: Todos Pela Educação. Política Educacional. Público – Privado na Educação Brasileira. Setores dominantes. Movimentos sociais.

Abstract:

ALL FOR EDUCATION AND THE COSTIN EPISODE IN MEC: A PEDAGOGY OF CAPITAL IN COURSE IN BRAZILIAN EDUCATIONAL POLICY

This article examines how the dominant sectors affect public education policy through a coalition of business groups organized at *All for Education Commitment* (Todos pela Educação - TPE). The study discusses the episode called Costin in MEC, in november 2012, and examines the main veins of educational policy

¹ Doutora em Educação, Professora Associada do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora CNPq. *E-mail:* olindaevangelista35@hotmail.com.

² Doutor em Educação, Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador CNPq. Bolsista Sênior da Cátedras para o Desenvolvimento IPEA-CAPES (Fev.2011- Jan. 2012). *E-mail:* leher.roberto@gmail.com

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

intended by TPE that motivated thousands of educators to speak out against her nomination. Advocates, in terms of Fernandes (1989), the need for a new starting point for the struggles in defense of public education.

Key words: All for Education. Educational Policy. Public-Private in Brazilian Education. Dominant sectors. Social movements.

Introdução

Por me deixar respirar, por me deixar existir
Deus lhe pague

(Chico Buarque, 1971)

A notícia de que a Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro Claudia Costin³ havia sido convidada, em novembro de 2012, pelo Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, para ocupar o cargo de Secretária de Educação Básica do MEC, motivou uma das maiores mobilizações recentes de professores universitários, dirigentes sindicais, representantes de entidades acadêmicas e de docentes da educação básica, apoiados, ativamente, pelos estudantes da pós-graduação, da graduação e da Educação Básica (BORGES, 2012; SEPE, 2012; PORTAL VERMELHO, 2012; VIOMUNDO, 2012). Um coletivo de docentes universitários do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande

³ Claudia Costin é graduada em Administração Pública, mestre em Economia e doutora em Administração Pública – todos cursados na Fundação Getúlio Vargas. Entre outras funções, foi Coordenadora de Projetos da Fundação de Desenvolvimento Administrativo (Fundap); Diretora de Planejamento e Avaliação Empresarial do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Secretária-Adjunta de Previdência Complementar; Ministra da Administração Federal e Reforma do Estado; Gerente de Políticas Públicas do Banco Mundial para a América Latina na área de Setor Público e Combate à Pobreza; Secretária de Cultura do Estado de São Paulo. Foi diretora-geral da *Promon Intelligens*, empresa de *e-learning* do Grupo Promon, voltada a soluções de educação corporativa e gestão do conhecimento, que possui parceria com a Saba, empresa americana que oferece infraestrutura para o ensino à distância. Atuou em consultoria para os governos de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, em administração pública e gestão de estatais, além de atuação acadêmica em instituições como a Fundação Getúlio Vargas/RJ. Atuou como vice-presidente da Fundação Victor Civita, ligada ao Grupo Abril, da revista *Veja* e *Nova Escola*. Escreve para o Instituto Millenium (o IBAD do século XXI). Defende as Organizações Sociais, estratégia velada de privatização do serviço público. Quando Secretária da Administração e do Patrimônio foi uma das criadoras dos Programas de Demissão Voluntária, o qual defende ainda hoje como mecanismo destinado a aliviar o peso do funcionalismo nos cofres da União. Foi uma das idealizadoras da reforma administrativa que acabou com a estabilidade dos servidores públicos.

do Sul, entre outros, lançou um *Manifesto* (PETIÇÃO PÚBLICA, 2012) contra a sua indicação, endereçado ao ministro, aos sindicatos, às entidades acadêmicas, bem como às demais secretarias de educação brasileiras.

Em poucos dias, mais de cinco mil pessoas subscreveram o Manifesto apoios foram recebidos, expressando, espontaneamente, indignação com a possível nomeação. Também entidades afinadas com o projeto educacional do atual governo, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) (2012), se manifestaram contra a nomeação. O Fórum de Educação Infantil, em reunião de caráter nacional, se manifestou no mesmo sentido (MIEIB, 2012). Ao final de uma semana de mobilização, os jornalistas que repercutem a voz oficial colocaram em circulação duas versões para a não efetivação da nomeação: o prefeito Eduardo Paes não havia liberado a sua secretária, indo contra a vontade do governo federal, a dela mesma e a de seu principal articulador na área de educação, Jorge Gerdau Johannpeter; a própria Costin, após muito refletir, declinou o convite (CAMPANHA, 2012).

Vitória da mobilização? Certamente, mas uma vitória tática

O presente texto objetiva discutir o significado do convite ministerial a Costin. É importante, em um primeiro momento, retomar alguns dos principais argumentos do texto que reuniu o maior apoio da comunidade acadêmica da área de educação na última década. O *Manifesto* que justificou a campanha associa a trajetória de Costin a palavras como: “privatização; subordinação aos preceitos neoliberais dos organismos internacionais; doutrina do mercado; desmonte do Estado; Reforma do Estado de Cardoso; quebra da estabilidade no emprego; fragmentação do trabalho docente; perda de autonomia dos professores; aliciação pecuniária dos professores; apagamento do professor e do aluno como sujeitos

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

históricos; autoritarismo didático e de conteúdos; capital humano; tecnicismo, e intervenção de grupos privados nas escolas”. Pontua, por conseguinte, questões que os estudos acadêmicos críticos ao neoliberalismo têm tratado à saciedade e, ao mesmo tempo, situações sobre o trabalho docente que qualquer professor que esteja atuando na rede pública brasileira reconhece. Talvez, por isso, o *Manifesto* (PETIÇÃO PÚBLICA, 2012) tenha servido como um veículo do grito, polifônico, de insatisfação com os rumos da política educacional brasileira. Seguindo a rota dos problemas indicados no *Manifesto*, pretendemos discutir o sentido do gesto ministerial, seu conteúdo político-educacional e algumas das conexões estruturais entre a trajetória de Costin e as políticas educacionais em curso.

Embora possa ser frustrante para parte dos signatários do *Manifesto*, é necessário lembrar que Costin não seria uma “tucana” estrangeira nas hostes governistas. Longe disso. De fato, o seu vínculo com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é orgânico: foi dirigente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado no governo Cardoso, justo no período de aprovação e implementação do Plano Diretor da Reforma do Estado, assumindo como titular da pasta como substituta de Bresser-Pereira (25/6/1998 a 4/11/1998), e foi Secretária de Cultura do governo Alckmin (janeiro de 2003 a maio de 2005). Entretanto, é preciso lembrar que atualmente ela é Secretária de Educação da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e implementa as políticas denunciadas no *Manifesto* numa gestão que não apenas é da base do governo, como conta com apoio decidido de Lula da Silva e de Dilma Rousseff – Eduardo Paes acaba de ser reeleito tendo como vice-prefeito um representante do PT. Portanto, não se trata de uma pessoa estranha aos círculos governamentais petistas.

Mas existe um outro vínculo, possivelmente mais relevante, que a articula ao atual governo: o Movimento Todos pela Educação (TPE). O ex-ministro da Educação, Fernando Haddad, o ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Reynaldo Fernandes, os dois últimos ex-Secretários de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda e Cesar Callegari, este último o Secretário que Costin sucederia, todos são organizadores do TPE. E Costin é, seguramente, uma de suas mais importantes articuladoras. O nexos entre o MEC e o TPE não é apenas conjuntural. O ministro Haddad batizou o principal plano de ação na área educacional do governo Lula da Silva, o *Plano de Desenvolvimento da Educação* (BRASIL, 2007b), com o nome do movimento: Compromisso Todos pela Educação. A leitura da Exposição de Motivos do *Plano* comprova que não se trata apenas de um ato simbólico, pois lá se afirma que as iniciativas previstas no PDE objetivam implementar as metas do TPE. Em outros termos, a principal medida educacional dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff é a agenda do TPE. Portanto, nesse prisma, a indicação de Costin é, certamente, coerente com as opções dos governos da atual e do ex-presidente da República.

Investigando como os dominantes dominam, Antônio Gramsci (Gramsci *apud* Coutinho, 2011, p. 302-303) concluiu que o Estado-Maior intelectual do bloco histórico não necessariamente se organiza em um partido político formal, podendo se espriar por inúmeras siglas partidárias, atuar por meio de um jornal, como foi o caso do *Times* na Inglaterra, ou da maçonaria, no caso da unificação italiana.

No Brasil, a recomposição do bloco de poder que entrou em crise no final da ditadura civil-militar vem sendo liderada pelo setor financeiro, a fração burguesa mais poderosa no capitalismo de hoje e, seguramente, o principal sustentáculo do Estado-Maior da alta burguesia. O TPE foi convocado justo pelo setor bancário, liderado pelo Itaú, em articulação com o setor de *commodities*, no caso, siderúrgico, dirigido pelo organizador de outra iniciativa empresarial para intervir na educação, o movimento Brasil Competitivo, Jorge Gerdau Johannpeter

(MARTINS, 2009)⁴. Este dirigente empresarial atualmente é um dos principais assessores da presidenta Dilma Rousseff para a continuidade da reforma do Estado iniciada nas gestões Bresser-Pereira e Claudia Costin. Para ampliar a convocatória, o Itaú Unibanco *Holdings* S.A. contou com a adesão de entidades e organizações representativas de outras frações do capital, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) e Instituto *Ethos* de Empresas e Responsabilidade Social.

A convocatória da *holding* financeira partiu da constatação de que as corporações estavam atuando em centenas de grandes projetos educacionais com objetivos educacionais pertinentes, afins aos interesses corporativos que os patrocinam, mas que a dispersão dos esforços impedia uma intervenção “de classe” na educação pública, objetivo altamente estratégico, pois envolve a *socialização* de mais de 50 milhões de jovens, a base da força de trabalho dos próximos anos. Os setores dominantes, após a articulação política dos grupos econômicos em prol do movimento, passaram a atuar por meio de suas fundações privadas ou de suas Organizações Sociais, como Itaú-Social, Faça Parte, Ayrton Senna, Roberto Marinho, Gerdau, Victor Civita, Abril, Bunge, DPaschoal, Bradesco, Santander, Vale, PREAL, Lemann, entre outras.

Embora o Todos Pela Educação seja formalmente uma iniciativa de classe, autônoma em relação ao Estado e ao governo, somente pode cumprir seus objetivos operando por meio dos governos e, por isso, vem construindo, em seus

⁴ Martins (2009, p.3), em sua análise do TPE, entende-o como um “*think tank* da área educacional, isto é, [um] organismo especializado em produzir e difundir conhecimentos e ideias para educação no país. [...] Os contribuintes são apresentados como ‘patrocinadores’ da organização e encontram-se divididos em três níveis que variam de acordo com o valor do repasse. Ao todo, a organização conta com dez contribuintes, entre eles: Grupo Gerdau, Grupo Suzano, Banco Itaú, Banco Bradesco, Organizações Globo. No conjunto, destacam-se aqueles grupos com atuação predominante no setor financeiro.” Informa o autor que “O Grupo Gerdau (ligado ao setor de metalurgia) ocupa a chamada ‘cota ouro’ e se destaca como principal patrocinador da entidade.”

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

conselhos, articulações com os novos gestores da educação pública no Brasil, tanto no MEC, como nas secretarias de educação. Assim, a sociedade civil é Estado e este é sociedade civil, expressão do que Gramsci (Carta a Tania, 7-9-1931; Cartas, Vol. 2, p. 84 apud Coutinho, 2011, p.267) denominou de Estado integral.

De fato, representantes dessa coalizão dos setores dominantes ocupam ou ocuparam postos chaves na educação brasileira, como: Maria Auxiliadora Rezende, Mozart Ramos e Gabriel Chalita no Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED); Maria do Pilar Lacerda⁵ na União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Fernando Haddad no Ministério da Educação⁶; Marcelo Nery na presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Cesar Callegari, Reynaldo Fernandes, entre outros, em representações no Conselho Nacional de Educação (CNE), além dos mencionados representantes da presidência do INEP e da Secretaria de Educação Básica do MEC.

O bloco de poder, por meio de suas representações, pactuou uma agenda do capital para a educação, sintetizando-a em cinco grandes orientações e metas (TPE, 2012a; 2012b)⁷. O eixo, importado de iniciativa semelhante realizada nos EUA, o programa *No Children Left Behind* (ED.GOV., 2012), elaborado no governo Bush, lança mão da ideia “competências básicas”, da instauração de

⁵ Diretora da Fundação SM, parte do Grupo SM, dedicado à Educação, espanhol, presente na América Latina. Propõe promover o “desenvolvimento humano e a transformação social para a construção de uma sociedade mais competente, crítica e justa.” Atua no Brasil desde 2004, particularmente no âmbito da Educação Básica. Tem parceria com o Ministério da Educação, a Organização dos Estados Ibero-americanos, entre outras instituições. Oferece o Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos e o Prêmio Professores do Brasil. (Edições SM, 2012).

⁶ Eleito Prefeito de São Paulo-SP em 2012.

⁷ A leitura da Meta 5 – Investimento em educação ampliado e bem gerido – permite verificarmos o tom utilizado pelo TPE para o trato com o Governo Federal: “O Todos Pela Educação **estabeleceu**, em 2006, que 5% do PIB ou mais deveriam ser aplicados anualmente pelo setor público na Educação Básica, até 2010.” (TPE, 2012a).

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

metas de desempenho por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (BRASIL, 2012e), instrumentos centralizados de avaliação e mecanismos de premiação e castigo balizados pelo cumprimento das metas, afetando os sistemas, os chamados gestores das escolas e, principalmente, os professores. Desse modo, os setores dominantes aprisionam em concepções estreitas o que vem a ser a “qualidade da educação”⁸, traduzindo-a sob a forma de subordinação à formação para o trabalho explorado requerido pelo capitalismo dependente, a exemplo do que defenderam Engel (2012), Superintendente Executiva do Instituto Unibanco⁹, e Ireland, coordenador da Cátedra da Unesco de Educação de Jovens e Adultos no Brasil¹⁰. Ademais, tentam expropriar os conhecimentos dos professores e uniformizam a pedagogia do capital nas escolas. Em termos operativos, as grandes corporações do setor editorial produzem cartilhas¹¹ a serem distribuídas em todas as escolas, ao custo de

⁸ Martins (2009, p.3) assinala que “Uma das intelectuais orgânicas da classe empresarial apresentou, em tom de entusiasmo, em artigo publicado num importante jornal do país, o que pode ser considerado como síntese do evento [em 2006, data da sua criação] para o TPE: ‘Só a educação de qualidade pode formar a base de um novo projeto de país, mais justo e mais desenvolvido. [...] a educação é, neste momento, a mais importante política pública e [...] assegurar a sua qualidade, especialmente para os menos favorecidos, constitui o melhor instrumento para reduzir nossas históricas desigualdades sociais. [...] Pela primeira vez, um grupo de lideranças, apoiado por organizações da sociedade civil e em sintonia com os governos, decidiu juntar esforços em torno de um grande projeto educacional para o país. (VILLELA, 2006, p. 7).” Referência à Milu Vilella que publicou “Hora de pensar na educação” na *Folha de S. Paulo*, em 11 de julho de 2006.

⁹ Engel (2012, p.47) faz a seguinte afirmação: Praticamente não existem alternativas de trabalho e renda associadas à escola, como projetos de monitoria (trabalho na escola), estágios remunerados ou programas ligados à Lei de Aprendizagem, que possibilitem o estabelecimento de nexos entre educação e trabalho e promovam a permanência na escola.

¹⁰ Nas palavras de Ireland (2012, p.54): É nesse sentido amplo que a Educação prepara as pessoas para a vida e contribui para a empregabilidade e mobilidade social dos cidadãos. Assim, uma EJA considerada importante para a construção de um país moderno e democrático tem sido crescentemente conceituada e implementada na perspectiva da aprendizagem e educação ao longo da vida, sem deixar de contemplar a alfabetização e escolarização básica de jovens e adultos.

¹¹ Muitos são os exemplos, mas cita-se o Sistema de Ensino Aprende Brasil, do Grupo Positivo. Segundo o *website* do Grupo, “O Sistema de Ensino Aprende Brasil foi criado com o objetivo de

centenas de milhões de reais para o fundo público, que otimizariam o tão alardeado aprendizado dos estudantes, golpeando, novamente, a condição intelectual dos docentes.

Desse modo, a nomeação de Costin expressa a congruência entre os anseios de domínio do bloco de poder liderado pelas frações financeiras e os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. De fato, os dois últimos Secretários de Educação Básica do MEC são organizadores de base do TPE e, sob o ponto de vista da coalizão empresarial, nada mais natural de que o próximo dirigente da estratégica Secretaria fosse um representante do TPE.

O episódio Costin e a confirmação da pedagogia do capital

A clara percepção de muitos dos assinantes do *Manifesto* de que a nomeação de Costin não significaria ruptura com o projeto histórico educacional em andamento, antes, reforçaria os nexos deste projeto com as políticas vigentes na segunda metade dos anos 1990, não retira desse movimento um de seus trunfos: a reunião de inúmeras forças Brasil afora em torno da defesa incontestada da educação pública. O repúdio altissonante de educadores brasileiros expressa politicamente a rejeição às políticas educacionais que, desde os anos de 1990, vêm degradando a educação pública nacional.

Relembremos que muitas das atuais políticas educacionais lançadas no governo FHC não se efetivaram plenamente naquele governo e encontraram

potencializar as qualidades das escolas em seu Município. [...] A utilização de um sistema de ensino pelas escolas públicas é uma opção legal que dá aos Municípios, por meio de suas Secretarias de Educação, autonomia de gestão pedagógica em suas escolas. Atualmente, 17 das 27 Unidades Federativas brasileiras utilizam o Sistema de Ensino Aprende Brasil. Ao todo são mais de 181 municípios que disponibilizam a seus alunos materiais didáticos e tecnologia de ponta. Isso significa oportunidades iguais, inclusão digital e, principalmente, uma formação capaz de desenvolver plenamente as potencialidades de cada aluno, preparando-o para o exercício da cidadania.” (EDITORA POSITIVO, 2012).

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

maior ressonância no Governo Lula. Exemplos são as relativas à certificação docente e à concessão de bônus em decorrência de “resultados” alcançados na prática pedagógica. A política de avaliação em larga escala atingiu, nos dois últimos governos, patamares assombrosos, com desdobramentos nefastos sobre professores, alunos e a função social da escola, em particular nas esferas dos processos de ensino e aprendizado do conhecimento científico histórico-crítico, da arte e da cultura, fundamentos da imaginação inventiva das crianças e jovens.

A subordinação do trabalho pedagógico aos exames padronizados por descritores de “competências” necessariamente afins à sociabilidade reclamada pelo capital¹², aferidas em quase todo o planeta pelo *Programme for International Student Assessment* (PISA) promovido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE) (CRUZ; MONTEIRO, 2012)¹³ que, grosso modo, o MEC e o TPE objetivam implementar em todo o país, efetiva o autoritarismo travestido de “inovação didática”, como a redução do professor a manuseador de métodos, pacotes de tecnologias de informação e cartilhas comercializadas por corporações.

Como aludido no *Manifesto*, o TPE tem como propósito o “apagamento do professor e do aluno como sujeitos históricos” por meio da expropriação dos conhecimentos científicos, culturais, artísticos e tecnológicos de docentes e estudantes e, não menos importante, por meio da imposição de um papel coadjuvante da comunidade escolar na definição do projeto político-pedagógico

¹² Cita-se o Projeto Alfa Tuning América Latina: “O projeto Alfa Tuning América Latina procura afinar as estruturas educativas da América Latina iniciando um debate que tem como meta identificar e intercambiar informação e melhorar a colaboração entre as instituições de educação superior para o desenvolvimento da qualidade, efetividade e transparência”. (TUNING, 2012)

¹³ O PISA (2012) avalia as “habilidades” de Leitura, Matemática e Ciências, comparando os escores obtidos pelos países de modo a avaliar também as políticas educacionais desenvolvidas internacionalmente. Em 2009, o PISA foi realizado em 65 países e envolveu 470.000 estudantes de 15 anos. (Cruz; Monteiro, 2012, p. 44-45). A CEPAL-UNESCO (1992), no início da década de 1990, expunha as áreas que considerava fundamentais para aquisição da habilidade tecnológica, língua pátria, matemática e ciências.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

da escola, situação que, como é possível depreender da análise dos conflitos e greves na educação, o intento de expropriação é objeto de resistências e lutas por parte dos educadores e estudantes, como nos boicotes aos pacotes de avaliação, na resistência ao uso de cartilhas. Entretanto, tal realidade não apaga o objetivo permanente do TPE de aprofundar as referidas expropriações.

Para tanto, repõe-se o tecnicismo pedagógico em novas bases – francamente sustentadas pelo fetiche tecnológico –, atrelado às demandas do ajuste estrutural da economia e com o uso em larga escala da EaD¹⁴. Os resultados desses exames também são cinicamente utilizados para convencer a população de que a educação pública é de má qualidade exatamente porque os professores não se responsabilizam pelos resultados de seu trabalho e, ainda, em decorrência do fato de que a escola pública, como todos os níveis do Estado, padece do mal crônico da gestão incompetente, uma das raízes axiais que determinariam os baixos índices de avaliação das escolas públicas. O neogerencialismo que invadiu o Estado e a escola abre caminho para a intervenção de grupos privados nos sistemas públicos de ensino, supostamente portadores da varinha de condão cujo toque conduzirá a educação à “boa qualidade”, afinal, os empresários sabem buscar resultados!

Em sua luta contra a “saga formadora” do Estado, o TPE e os governos que difundem a “pedagogia que quer o capital” fazem proliferar dezenas de programas de qualificação docente cujos *slogans* precisam ser desconstruídos

¹⁴ O Censo do Ensino Superior de 2010, publicado pelo INEP, informa que das 928.748 matrículas nos cursos de Licenciatura, 426.241 eram oferecidas sob a forma EaD, praticamente 50%. (BRASIL, 2011a). Tais dados contrastam com os números dos cursos de bacharelado e tecnológico, respectivamente 268.173 e 235.765 matrículas. (BRASIL 2011a). Interessante agregar os dados relativos à distribuição das matrículas por instituições públicas e privadas. Do total de matrículas no Ensino Superior em 2010 – 6.379.299 –, 4.736.001 (74,2%) estavam na rede privada de ensino. A rede pública contabiliza 25,8% das matrículas, isto é, 1.643.298. (BRASIL, 2011a) No que toca aos curso de Pedagogia, 78% das matrículas pertenciam à rede privada; desse percentual 54% foram oferecidas sob a forma EaD (Brasil 2010c).

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

para que se perceba a dimensão de seus comprometimentos subjacentes. Tais *slogans* provêm de inúmeras fontes, nacionais e internacionais, oficiais e acadêmicas. Entre eles ressaltamos: professor comunitário, professor inclusivo, professor multifuncional, professor gestor, professor flexível, professor empoderado, professor eficaz, professor empreendedor, professor performático, professor inovador, professor responsabilizado, além de denominações que trazem para o campo da docência funções não docentes, como é o caso do tutor, do monitor e do oficineiro. Este rol de labéus caracteriza o que Triches (2010) denomina superprofessor. Entre suas atribuições estão as de resolver problemas sociais e econômicos; responsabilizar-se pelo sucesso dos alunos; levar o aluno a aprender a aprender; não sofrer com as condições de trabalho; acreditar que salários não têm relação com condições de ensino; acreditar que salas cheias não interferem na relação ensino-aprendizagem; ser agente da inovação e empreendedor. A pedagogia do capital em andamento supõe convencer os professores de que sua intervenção, de fato, solucionará os problemas socioeconômicos do país. De novo o TPE oferece sua preciosa colaboração com o bordão “Um bom professor. Um bom começo” (TPE, 2011). Ana Maria Diniz (2011, p. 2)¹⁵ também cunhou o seu: “O professor é a verdadeira pedra fundamental da Educação”. Contudo, o mais perverso é o veiculado pelo Ministério da Educação (MEC): “A profissão que pode mudar um país”.

O projeto político de formação docente procura objetificar o professor, reconvertê-lo para que atenda às supostas novas demandas à escola. Em troca de seu parco salário, de suas precaríssimas condições de exercício profissional e de seu adoecimento, o Estado Maior do capital pretende impor ao professor a

¹⁵ Ana Maria Diniz é “presidente do Instituto Singularidades, coordenadora da Parceiros da Educação, membro do conselho de governança do movimento Todos Pela Educação, membro do conselho de administração do grupo Pão de Açúcar”. (DINIZ, 2011)

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

responsabilidade de construir no futuro trabalhador uma consciência submissa ao desiderato do capitalismo aliada à sua subalternização política. Em curtas e rápidas palavras: pede-se que o professor seja o sujeito de sua própria alienação.

Ademais, a escola pública, como instituição, está no fio da navalha, sendo empurrada para a assistência social. Diuturnamente os trabalhadores da educação lutam contra o progressivo abandono da compreensão da escola como lugar de difusão, produção e apropriação de conhecimento. Entre tantas estratégias de desqualificação da escola pública, sua proposição como espaço de assistência se materializa nos Programas Bolsa Família (BF) (BRASIL, 2011d) e Mais Educação (ME) (BRASIL, 2012b). Sabemos que uma das condicionalidades para o recebimento da “vultosa” quantia de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 por famílias descritas como “vulneráveis” é terem seus filhos matriculados na escola pública. Para intelectuais orgânicos do capital, o BF significa uma “revolução”, especialmente a partir de 2011 quando se vinculou a concessão do BF à frequência, pelos alunos, ao Programa Mais Educação (PME), outra iniciativa de natureza assistencial que funciona no contraturno para alunos com alegadas dificuldades de aprendizagem e que, via-de-regra, são ofertadas por iniciativas ditas comunitárias, incluindo confissões religiosas, organizações sociais, trabalho voluntário, entre outras formas. O argumento que explica essa articulação é simples: como as famílias que recebem o BF são “pobres” ou “extremamente pobres” a participação no ME funcionaria como “educação integral dos estudantes” abrindo-lhes as portas do sucesso! A isso o governo nomeou de *mudança paradigmática no processo educacional* (BRASIL, 2012a, p. 57). O TPE discute a educação integral na 3ª. Bandeira, *Ampliação da exposição dos alunos à aprendizagem*. Segundo o Movimento é “necessário colocar em prática a Educação integral nas áreas mais vulneráveis do país, como o campo e a

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

periferia das metrópoles urbanas, a fim de equalizar as oportunidades educacionais.” (TPE, 2012b).

O que esta mudança paradigmática não revela é que muitas das “atividades socioeducativas” do ME são desenvolvidas por monitores sem vínculo empregatício a serviço de organizações que, por meio de uma complexa cadeia de entidades da chamada sociedade civil, acabam desembocando nas grandes Organizações Sociais vinculadas ao TPE e, também, nas confissões religiosas. Ademais, os docentes que trabalham no Programa são denominados de “professores comunitários”, ou seja, aceito pela comunidade. A análise dos documentos do Programa leva a uma conclusão contundente: não se trata de viabilizar a apropriação do conhecimento, posto que as atividades são socioeducativas (É pertinente indagar: uma referência implícita às penalidades socioeducativas impostas aos jovens dados como infratores?). O propósito, antes, é evitar a reprodução intrageracional da pobreza e o potencial de rebelião inerente às “classes perigosas”, como diria Fernando de Azevedo, nos anos de 1930. Até 2011 a adesão da escola era voluntária; atualmente, a vinculação ao BF ao ME cria uma condicionalidade à própria escola que será obrigada a aderir ao programa para não impedir que os *pobres* possam ter acesso ao magro benefício.

A proposição forjada nas lutas pela educação pública de que a escola tem uma função social, portanto política, lastreada no seu compromisso com a formação do sujeito histórico dá lugar a uma concepção em que a expropriação do conhecimento de crianças, jovens e professores, como assinala o *Manifesto*, é a regra. Transmutada, a função social da escola, da perspectiva hegemônica, resume-se a instrumento de solução do problema social. Tais diretrizes vêm azeitadas por uma espécie de filantropia a ser exercida pelos pais e “amigos da escola”. Filantropia a qual se associará o trabalho voluntário-obrigatório, se é que

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

é possível essa formulação. A proeza deriva do Projeto de Lei 44/07, do deputado Lincoln Portela (PR-MG) (BRASIL, 2007c), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pela Comissão de Seguridade Social e Família, da Câmara dos Deputados Federais, e deve seguir para o Senado, que condiciona o recebimento do BF ao trabalho voluntário em “projetos sociais”. O uso do trabalho do receptor do BF, sob a forma de voluntariado, tem em vista potencializar sua intervenção nas suas condições de existência. Essa ideia remonta ao Relatório do Banco Mundial de 1990 que afirmava, sem peias, que se deveria usar produtivamente o recurso “mais abundante” dos pobres, isto é, seu trabalho (BANCO MUNDIAL, 1990).

Um segundo aspecto precisa ser registrado em relação a essa “virada assistencial” da Escola Pública. Ao se associar a produção da pobreza à má qualidade da escola argumenta-se que os problemas socioeconômicos brasileiros são produzidos no terreno educacional e, portanto, apenas nesta esfera é possível solucioná-los. Essa racionalização desloca a necessária compreensão das relações capital-trabalho como determinação desses problemas, dirigindo-a ao campo educacional. Individualiza-se tanto a produção das aviltantes condições de existência de parcela importante da população brasileira, como as suas soluções. Estamos diante do fenômeno do “empoderamento” dos pobres e dos professores, pois deles dependeria o sucesso da escola pública na promoção da ascensão social de seus alunos – pobres. Não resta dúvida quanto ao sentido essencial da política educacional em curso: estamos diante de novas formas da pedagogia do capital.

Diante do quadro esboçado até aqui, é imperativo que a produção de pesquisa educacional sistemática, comprometida com a apreensão corretamente objetiva do real, siga refutando a ideia de qualidade contida nas políticas educacionais desenvolvidas por Costin no Rio de Janeiro, hegemônicas pelo

TPE e difundidas nacionalmente pelo MEC. É preciso, sobretudo, que as investigações produzam conhecimento novo tendo em vista fortalecer a autonomia das escolas, reduzida por essas políticas à liberdade de captação de recursos, o protagonismo dos educadores (e dos movimentos sociais que forjam o caráter público da escola estatal) e o projeto da escola unitária.

Resistências e perspectivas para a educação pública

A depender dos objetivos das organizações do capital, o cerco à escola pública está para ser fechado: a política de expropriação do trabalho docente, a refuncionalização da função social da escola pública, a redefinição do que é dado a pensar na escola pelo onipresente sistema de avaliação, a imposição de metas que nada tem a ver com a universalização do direito à educação, são hoje uma realidade concreta. Como romper esse cerco?

No contexto da ascensão das lutas sociais nos anos de 1980, Florestan Fernandes (1989), analisando o modo como os setores dominantes lograram construir uma saída do período da ditadura pelo alto, reaglutinando, ainda que de modo limitado, as principais frações burguesas em crise de hegemonia, defendeu a luminosa proposição de que o futuro da educação pública dependeria de um novo ponto de partida. A sua tese é de imensa atualidade nos dias de hoje!

Em que consistiria tal ponto de partida? Está claro que Florestan propugna que a defesa da escola pública não pode estar limitada aos profissionais da educação. Assim, uma primeira frente a ser enfrentada é a reorganização da luta pela escola pública como iniciativa da classe trabalhadora, o que exige, simultaneamente, tanto a constituição dos educadores como trabalhadores em luta (dos setores público, privado, da educação básica, tecnológica e superior), com objetivos de classe, métodos de luta próprios da classe trabalhadora, como o

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

alargamento das lutas pela educação para o conjunto da classe trabalhadora, incluindo os sindicatos e partidos anticapitalistas, mas também movimentos de trabalhadores não assalariados, como os trabalhadores rurais, desempregados, sem teto, juventude das favelas e demais 'não possuidores de bens'.

No contexto em que Florestan fez a defesa dessa tese, os sindicatos classistas (Andes-SN, Fasubra, Sinasefe e setores de esquerda da CNTE e da CONTEE) defenderam a organização dos trabalhadores da educação como um ramo horizontal que aglutinaria o conjunto dos trabalhadores da educação básica, tecnológica e superior, sustentando que a Central Única dos Trabalhadores deveria constituir departamentos para tais fins. Concretamente, isso envolveria a constituição de um Departamento Nacional dos Trabalhadores da Educação (DNTE) no interior da Central Única dos Trabalhadores (CUT), então a principal Central classista. Finalmente, uma frente crucial de luta envolveria um projeto de educação pública universal, unitária, capaz de engendrar uma pedagogia *para* o socialismo (uma escola que recusa a disjunção entre os que pensam e os que executam, entre os que mandam e os que obedecem) e uma pedagogia *no* socialismo, isto é, uma pedagogia que, desde o presente, difunda os valores e objetivos socialistas no cotidiano das escolas.

Um balanço das lutas no período posterior a tese florestaniana permite evidenciar que não foi possível lograr êxito na consecução desse objetivo estratégico. O DNTE, uma forma de organização dos educadores capaz de possibilitar melhores condições para empreender a luta de classes na educação pública, foi combatido pelo *sindicalismo cidadão* (o equivalente cutista do *sindicalismo de resultados* da Força Sindical) que aos poucos foi se difundindo na Central, prevalecendo a adesão à estrutura sindical erigida na era de ouro do sindicalismo de Estado (dos anos de 1930 ao final dos anos de 1950). De fato, as correntes políticas engajadas no *sindicalismo cidadão* optaram pela manutenção

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

burocratizante das confederações verticalizadas, como a CNTE e a Confederação Nacional dos Trabalhadores de Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), concepções distintas de outros sindicatos que perseveraram na crítica ao sindicalismo de Estado, como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica (SINASEFE), por exemplo. Isso explica, ao menos em parte, porque não foi a CUT que liderou as lutas pela educação na Assembleia Nacional Constituinte (BRASIL, 2011b), eleita em 1987, e no processo de elaboração da Lei 9394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), entre 1988 e 1996 (SILVA, 1998), mas o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP).

Entretanto, o FNDEP, conquanto tenha intervindo vigorosamente, padeceu de limites que estavam na base da fragilidade relativa de sua atuação como sujeito político: tratava-se de um fórum que reunia entidades acadêmicas, estudantis e sindicais da área da educação, compreendendo, portanto, educadores e estudantes, mas não outros protagonistas da classe trabalhadora. No escopo da luta pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), após a avaliação da derrota na LDB, houve um movimento no sentido de ampliar a participação das entidades de base, abarcando trabalhadores de escolas, de seções sindicais, de representantes de distintos movimentos pela educação, como da educação especial, indígena e, pela primeira vez, com uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Essa iniciativa possibilitou a realização dos Congressos Nacionais de Educação (CONED) (1996-2004). Nos dois primeiros Congressos foi possível elaborar a mais original proposta alternativa para a educação pública em enfrentamento com as políticas neoliberais de Cardoso: o *Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira* (CONED, 1997).

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

Com o governo de Lula da Silva, o consenso que unificava as entidades acadêmicas e sindicais estilhaçou. Em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2005, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul, no Fórum Social Mundial, não foi possível construir uma agenda unificada, pois as entidades alinhadas ao novo governo recusaram o consenso da luta contra o repasse de verbas públicas para as entidades privado-mercantis, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (BRASIL, 2005; 2012c) e a definição de um plano de lutas contra as políticas neoliberais então vigentes. Na prática, desde então, o Fórum foi desarticulado pela saída das entidades cutistas vinculadas mais estreitamente ao projeto de governo em curso, de Lula da Silva. No refluxo organizativo dos educadores foram removidos os principais empecilhos para o que o TPE se tornasse a “voz autorizada” da educação brasileira, conforme a grande mídia corporativa.

Isso não significa que as lutas educacionais tenham sido interrompidas, mas é forçoso reconhecer que perderam o seu caráter nacional e, ainda, que a agenda econômico-corporativa foi magnificada. As contradições decorrentes do aprofundamento das contrarreformas na primeira década de 2000, contudo, engendraram condições para lutas que estão se tornando mais intensas e conflitivas, pois abrangem elementos centrais da agenda do TPE e dos governos que as operam local e nacionalmente.

De fato, em 2011 irromperam fortes lutas dos trabalhadores da educação pública. Aconteceram greves em 16 estados e em centenas de municípios de grande porte. Foi também o ano em que houve um esforço efetivo pela reorganização do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (FEDEP) do Rio de Janeiro. No dia 31 de março o FEDEP realizou uma grande passeata em defesa da educação, que reuniu cerca de quatro mil pessoas no centro do Rio de Janeiro, em defesa de salário digno para os trabalhadores da educação, contra as

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

terceirizações, as medidas meritocráticas, a avaliação produtivista e por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) exclusivamente para a educação pública. Entre os meses de maio e agosto daquele ano, os trabalhadores da educação, setor que compreende mais de 1,6 milhão de trabalhadores, esteve em greve em grande parte do território nacional. Em Minas Gerais a greve durou 112 dias e, no Ceará, mais de 60 dias, em luta pelo cumprimento do piso salarial definido na Lei nº 11.738/2008 (BRASIL, 2008). No Rio de Janeiro foram 67 dias, no Espírito Santo foram mais de 40 dias; em Santa Catarina cerca de 10 mil professores da rede estadual de ensino realizaram uma manifestação em Florianópolis. Apesar das particularidades regionais, as reivindicações foram praticamente as mesmas: melhores condições de trabalho e de salários, focando no problema do Piso Salarial Profissional da Categoria e, muito relevante, nas políticas meritocráticas e produtivistas encaminhadas pelos governos em parcerias com Organizações Sociais lideradas pelo TPE. Além da educação básica, os servidores técnico-administrativos das universidades federais realizaram uma greve que durou quase quatro meses.

Em agosto de 2011 mais de 20 mil pessoas marcharam em Brasília - Distrito Federal e pela Esplanada dos Ministérios na Jornada Nacional de Lutas. Um dos destaques da manifestação foi o início da campanha pela aplicação dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) (DEZ POR CENTO, 2012) para educação pública. Movimento semelhante ocorreu em outubro, no dia 26, quando professores de todo o país participaram de uma manifestação, no centro do Distrito Federal, para reivindicar mais investimentos em educação e o cumprimento da lei que estabelece um piso salarial nacional para a categoria. Em novembro foi realizado um plebiscito, apoiado por sindicatos, movimentos sociais e estudantis, em defesa de 10% do PIB exclusivamente para a educação pública. Foram elaboradas cartilhas e urnas foram espalhadas nas escolas, estações de

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

trem e metrô, assentamentos, entre outros lugares. Na primeira etapa do plebiscito, 400 mil pessoas participaram.

Em 2012, importantes greves na Educação Básica, como a dos trabalhadores da educação da Bahia que realizaram uma áspera greve contra o arrocho salarial provocado pelo governo Jaques Wagner (PT), que durou 115 dias, tendo sido criminalizada pelo governo com demissões e suspensão de salários. Aconteceu ainda a maior greve nacional dos docentes e técnico-administrativos das instituições federais de ensino. O epicentro da greve aconteceu nas universidades federais que mantiveram o movimento com ampla repercussão social por mais de cem dias. Sobressaíram nesta greve as questões da carreira docente, incluindo o problema do controle governamental sobre o trabalho docente, situação que aprofunda a heteronomia da universidade pública, as precárias condições de trabalho, principalmente nos novos *campi* originários do programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI)¹⁶ (BRASIL, 2007) e a intensificação do trabalho docente, agravado pelo controle impingido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (BRASIL, 2012d) aos programas de pós-graduação.

Para não encerrar

Esse breve apanhado das últimas lutas pela educação pública confirmam que o movimento dos trabalhadores em educação está em ascensão. Não apenas as lutas tornaram-se mais massivas, politizadas e criativas, como passaram a abordar os pontos nodais da pedagogia do capital. Não casualmente, está em

¹⁶ O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Deve ser encerrado nesse ano de 2012. (BRASIL, 2010a).

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

curso uma maior aproximação das lutas pela educação com o MST que se pronunciou em defesa dos docentes e técnicos e administrativos das Instituições Federais de Ensino, e apoiou atos e mobilizações da greve das Federais em 2012, como tem conclamado apoio dos educadores em sua luta contra o fechamento das escolas do campo que ultrapassaram a cifra de 30 mil na última década.

Em suma, é possível afirmar que as condições objetivas e, também, subjetivas do *novo ponto de partida* vêm sendo objeto de debates nas lutas e movimentos da educação e em destacados movimentos sociais. Isso não significa *a priori* que de fato haverá um salto qualitativo das lutas pela educação pública capaz de responder à inédita ofensiva do Estado Maior do capital. Entretanto, é verificável que a coesão dos setores dominantes e dos governos que lhes servem engendra uma maior diferenciação da luta de classes no alvorecer do século XXI. A história, sempre aberta ao tempo, terá de ser forjada nessas lutas com objetividade e estratégia definida. A iracunda reação dos trabalhadores da educação ao aparelhamento do MEC pelo TPE é um sinal promissor!

Florianópolis, Rio de Janeiro, dezembro de 2012

Referências:

- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*. Pobreza. Washington, DC: Banco Mundial, 1990.
- BORGES, Priscilla. Entidades fazem campanha contra ida Claudia Costin para o MEC. *Último Segundo*. 22 de novembro de 2012. 2012. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2012-11-22/entidades-fazem-campanha-contra-ida-claudia-costin-para-o-mec.html>>. Acesso em: 25 nov. 2012.
- BRASIL *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis/pdf/LDB.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2003.
- BRASIL. JUSBRASIL. Câmara dos Deputados. *Câmara aprova serviço voluntário como requisito para receber Bolsa Família*. 02 de Agosto de 2011. 2011d. Disponível em: <<http://camara-dos-deputados.jusbrasil.com.br/noticias/2791541/camara-aprova-servico-voluntario-como-requisito-para-receber-bolsa-familia>>. Acesso em: 26 nov. 2012.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Há 25 anos era eleita a Assembléia Nacional Constituinte*. 14 nov. 2011. [S.l.], 2011b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/institucional/noticias-institucionais/ha-25-anos-era-eleita-a-assembleia-nacional-constituente>. Acesso em: 6 dez. 2012.
- BRASIL. CAPES. *Formação de Professores da Educação Básica*. [S.l.], 2012d. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica>>. Acesso em: 6 dez. 2012.
- BRASIL. *Censo da Educação Superior 2010*. Divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010. Outubro de 2011. Brasília: INEP; MEC; CenSUP, 2011a. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task... Acesso em: 17/01/12.
- BRASIL. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. [S.l.], 2007a.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 6 dez. 2012.

BRASIL. *Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

[S.l.], 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 6 dez. 2012.

BRASIL. *Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008*. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. [S.l.], 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm>. Acesso em: 6 dez 2012.

BRASIL. *Matrículas, Concluintes e Ingressos em Cursos de graduação presenciais e EaD – Brasil 2002-2010*. Brasília: INEP; MEC, 2010c. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16312>. Acesso em: 18/01/12.

BRASIL. MEC. INEP. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. Brasília: MEC, 2012e. Disponível em: <<http://portaldeb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

BRASIL. MEC. *Mais Educação*. Brasília: MEC, 2012b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article>. Acesso em: 6 dez. 2012.

BRASIL. MEC. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília: MEC, 2007b. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/index.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. *Relatório de gestão do exercício de 2011*. Brasília: MDS, 2012a.

Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=>

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

web&cd=1&sqi=2&ved=0CCsQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mds.gov.br%2Fbolsafamilia%2Frelatorio-de-gestao-2011&ei=-fW_ULWKIoWA9gTx94BI&usg=AFQjCNEH24k5VhzxIXnegPI8rS3KOWAKwA&sig2=njs1LB-2wvlnzxqHIJh3Qw&cad=rjt>. Acesso em: 5 dez. 2012.

BRASIL. *O que é o REUNI*. [S.l.], 2010a. Disponível em:

<http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28>. Acesso em: 6 dez. 2012.

BRASIL. PDE-PROUNI. *O Programa*. 2012c. Disponível em:

<<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

BRASIL. *Projeto de lei no. 44 de 2007*. Altera o art. 3o da Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre a condicionalidade de serviço voluntário. [S.l.], 2007c. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A851C136A70430A0C6B429C8ED4A3AA0.node1?codteor=433959&filename=PL+44/2007>.

Acesso em: 7 dez. 2012.

BRASIL. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação*. Ano 2010. [S.l.],

2010b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 17 jan. 2012.

BUARQUE, Chico. Deus lhe pague. *LP Construção*. 1971.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. IG: *Claudia Costin recusa convite do MEC*. Brasil, 22 de novembro de 2012. Disponível em:

<<http://www.campanhaeducacao.org.br/?idn=889>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

CEPAL-UNESCO. *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidade*. Santiago do Chile, 1992.

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. *Claudia Costin: MEC deve manter a coerência*. 21 de novembro de 2012. Disponível em:

<<http://www.cnte.org.br/index.php/comunica%C3%A7%C3%A3o/cnte-informa/482-cnte->

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

informa-642-21-de-novembro-de-2012/11326-claudia-costin-mec-deve-manter-coerencia>. Acesso em: 25 nov. 2012.

CONED. *Plano Nacional de Educação*: proposta da sociedade brasileira. II Congresso Nacional de Educação – CONED. Belo Horizonte, MG, 9 de novembro de 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.) *O leitor de Gramsci*, RJ: Civilização Brasileira, 2011.

CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano (Org.). *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012*. São Paulo: TPE; Editora Moderna, 2012.

DEZ POR CENTO DO PIB PARA A EDUCAÇÃO JÁ! *Após plebiscito, a luta pelos 10% do PIB para a educação pública continua!* 1 de fevereiro de 2012. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://dezporcentoja.blogspot.com.br/2012/02/apos-plebiscito-luta-pelos-10-do-pib.html>>. Acesso em: 6 dez. 2012

DINIZ, Ana M. (2011). *Opinião: choque de realidade*. Educação na Mídia. 03 de novembro de 2011. [S.l.], 2011. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/19988/opinio-choque-de-realidade/>>. Acesso em: 07/fev/12.

ED.gov. U.S. Department of Education. *No Child Left Behind*. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www2.ed.gov/nclb/landing.jhtml>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

EDIÇÕES SM. *Quem Somos*. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.edicoessm.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

EDITORA POSITIVO. *Conheça o Sistema de Ensino Aprende Brasil*. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.editorapositivo.com.br/editora-positivo/sistemas-de-ensino/aprende-brasil.html>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

ENGEL, Wanda. Desafios do Ensino Médio brasileiro. In: Priscila Cruz; Luciano Monteiro (Org.). *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012*. São Paulo: TPE; Editora Moderna, 2012.

FERNANDES, Florestan. O novo ponto de partida. In: *O desafio educacional*. SP: Cortez/Autores Associados, 1989.

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

- IRELAND, Timothy D. Educação de Jovens e Adultos. In: Priscila Cruz; Luciano Monteiro (Org.). *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012*. São Paulo: TPE; Editora Moderna, 2012.
- MARTINS, André Silva. Educação Básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.4, n.1, p. 21-28, jan.-jun. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.uepg.br>>. Acesso em: 8 dez. 2012.
- MIEIB. Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil. *Carta aberta do MIEIB ao Ministro da Educação Aloízio Mercadante*. Vitória, 21 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.campanhaeducacao.org.br/?idn=885>>. Acesso em: 25 nov. 2012.
- PETIÇÃO PÚBLICA. *Abaixo-assinado Cláudia Costin, NÃO!* [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=P2012N32256>>. Acesso em: 25 nov. 2012.
- PISA. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes. In: CRUZ, Priscila; MONTEIRO, Luciano (Org.). *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012*. São Paulo: TPE; Editora Moderna, 2012. p. 44-45.
- PORTAL VERMELHO. *Professores rejeitam nomeação da privatista Cláudia Costin no MEC*. 21 de novembro de 2012. [S.l.], 2012. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/sp/noticia.php?id_noticia=199350&id_secao=1>. Acesso em: 25 nov. 2012.
- SEPE. Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro. *Nota do SEPE sobre a indicação da Secretária Municipal de Educação Cláudia Costin para o MEC*. 22 de novembro de 2012. [S.l.], 2012. Disponível em: <http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=3553>. Acesso em: 25 nov. 2012.
- SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. A nova LDB: do projeto coletivo progressista à legislação da aliança neoliberal. In: SILVA, Carmen Silvia Bissolli da; MACHADO, Lourdes Marcelino (Org.). *Nova LDB: trajetória para a cidadania?*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/24793572/1122075492/name/7197+-+NOVA+LDB+->>

Trabalhonecessário

Issn: 1808 - 799X
ano 10, nº 15 – 2012

+LEI+DE+DIRETRIZES+E+BASES+-
+TRAJET%C3%93RIA+PARA+A+CIDADANIA+-
+CARMEN+SILVA+BISSOLI+DA+SILVA+e+LOURDES+MARCELINO+>. Acesso
em: 7 dez. 2012.

TPE. “*Um bom professor, um bom começo*” é a nova campanha do movimento todos pela educação.
Releases. 12 de abril de 2011. [S.l], 2011. Disponível em:

<<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/sala-de-imprensa/releases/14837/um-bom-professor-um-bom-comeco-e-a-nova-campanha-do-movimento-todos-pela-educacao/>>. Acesso em: 1 fev. 2012.

TPE. *As 5 Bandeiras*. 2012b. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/institucional/as-5-metas/as-5-bandeiras/>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

TPE. *As cinco metas*. 2012a. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/institucional/as-5-metas/>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

TRICHES, Jocemara (2010). *Organizações multilaterais e curso de pedagogia: a construção de um consenso em torno da formação de professores*. Dissertação (Mestrado em Educação) Florianópolis: PPGE/UFSC. 218 p.

TUNING AMÉRICA LATINA. *Projeto Alfa Tuning América Latina*. [S.l.], 2012.
Disponível em: <<http://tuning.unideusto.org/tuningal/>>. Acesso em: 4 dez. 2012.

VIOMUNDO. *Professores rejeitam nomeação de Cláudia Costin para o MEC*. 22 de novembro de 2012. [S.l], 2012. Disponível em:
<<http://www.viomundo.com.br/denuncias/professores-rejeitam-nomeacao-de-claudia-costin-para-o-mec.html>>. Acesso em: 25 nov. 2012.